

“PODER, DOMINAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL”

AUTORES

Claudia Maria Daher Cosac

E-mail: claudiacosac@terra.com.br

Instituição: F.H.D.S.S. – UNESP, Campus de Franca

Márcia Regina Intrabartollo

E-mail: mintrabartollo@yahoo.com.br

Instituição: F.H.D.S.S./Unesp, Franca.

Jucimeire Lígia Pereira

E-mail: jucimeire@adv.oabsp.org.br

Instituição: FHDSS/Unesp, Franca

Daniela Campos de Abreu Serra

E-mail: danielacamposrp@uol.com.br

Instituição: F.H.D.S.S./Unesp, Franca.

RESUMO

As organizações, essenciais à vida contemporânea, nelas as relações de poder desempenham papel central. Este artigo revisita a teoria da dominação proposta por Max Weber no início do século XX e a Teoria Geral dos Sistemas, analisando como essas correntes descrevem as interações nas organizações e as possibilidades de construção da transformação social. A partir dos estudos de Michel Foucault, segundo os quais o exercício do poder implica em espaço de formação de saberes que permite ao dominado questionar sua própria dominação, conclui-se que no contexto da intersubjetividade, complexidade e instabilidade, a visão sistêmica, aliada à construção do conhecimento, pode promover mudanças sociais.

ABSTRACT

The organizations are essential in contemporary life, and their power relations have the main role. This article revisits the Max Weber's domination theory, proposed in the early of the XX century and the Systems General Theory, analyzing how these tendencies describe the interactions in the organizations and the possibilities of social transformation construction. According to Michel Foucault's studies, the power practice implies in a space of knowledge formation which allow the dominated to discuss their own domination. One can conclude that in a context of intersubjectivity, complexity and instability, the systemic approach, associated to construction of knowledge, can promote the social change.

PALAVRAS-CHAVE

Organizações, poder, visão sistêmica

PODER, DOMINAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

INTRODUÇÃO

O século XX assistiu ao surgimento da Administração como ciência e à sua rápida evolução na busca pelo paradigma que melhor atendesse às necessidades de eficiência das organizações, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Nessa trajetória, a Administração avançou da perspectiva do *one best way* para uma visão sistêmica, com reflexos na estrutura do poder nas organizações. Analisar as formas que o poder assume para duas das principais teorias da Administração é o objetivo deste trabalho.

As metáforas¹ escolhidas foram a proposta de Max Weber, especialmente a estrutura burocrática e a forma de dominação racional-legal, representativa do paradigma newtoniano-cartesiano que dominava a ciência até o início do século XX; as considerações dos proponentes da Teoria Geral dos Sistemas acerca do poder, abordagem que pode tornar-se o paradigma científico do século XXI (VASCONCELLOS, 2005) e a análise do poder realizada pelo pensador contemporâneo Michel Foucault.

O pensador alemão Max Weber publicou, em 1922, o livro *Economia e Sociedade*, no qual elencou os tipos de dominação e suas formas de legitimação. Para Weber, nas organizações burocráticas a autoridade dos administradores é legitimada de forma racional-legal, ou seja, deriva de normas racionais válidas que atribuem poder a profissionais especialistas, selecionados por mérito. Os especialistas podem, com o conhecimento diferenciado de que dispõem, controlar as variáveis, atingindo a desejada precisão.

Para fins de contextualização, retomemos, em breve síntese, a evolução do pensamento ocidental no século XX. Weber nasceu em 1861, quando vigorava plenamente o pensamento cartesiano-newtoniano, com a visão de que o mundo é uma máquina com operações que podem ser determinadas com exatidão por meio de leis físicas e matemáticas. Da centralidade ocupada pela matemática derivou que conhecer significa quantificar e que o método científico assenta-se na redução da complexidade.

A obsessão por quantificação, exatidão e controle foi, ao longo do breve século XX, perdendo espaço para novas teorias. A humanidade caminhou mais rápido do que em qualquer outro século, superando seus limites anteriores. Descobertas científicas influenciaram a moral, a estética, as artes, a economia e o campo social. Nos seus primeiros trinta anos, uma drástica mudança nos conceitos e idéias pertinentes à física provocou profunda alteração na visão que se tinha, até então, do mundo. A partir de 1905, o físico Albert Einstein começou a demonstrar a teoria da relatividade da simultaneidade e, com ela, relativizou o rigor das leis de Newton na astrofísica.

Einstein distingue entre a simultaneidade de acontecimentos presentes no mesmo lugar e a simultaneidade de acontecimentos distantes, em particular de acontecimentos separados por distâncias astronômicas.[...] demonstrando que a simultaneidade dos acontecimentos distantes não pode ser verificada, pode tão-só ser definida. [...] Esta teoria veio revolucionar as nossas concepções de espaço e de tempo. (SANTOS, 1996, p. 24).

A primeira metade do século XX foi marcada por duas guerras mundiais; grandes alterações nos meios de transportes, capitaneada pela utilização do avião; a revolução nas comunicações, com primeira transmissão de rádio, em 1920, seguidas das primeiras exibições cinematográficas; e o surgimento de ‘entidades ocultas’ como o id, o ego e o superego, trazidas pela psicanálise do médico Sigmund Freud. Segundo RUSSELL (2003, p.458)

O tremendo crescimento da capacidade técnica tornou a vida muito mais intrincada do que costumava ser. [...] As demandas do nosso tempo são enormemente mais variadas e as exigências da vida cotidiana muito mais complexas do que antes.

No mesmo período, o princípio da incerteza do físico alemão Werner Heisenberg, segundo quem a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que a dividimos para observar e medir, desafiou o determinismo mecanicista, como fez a Teoria da Relatividade. Heisenberg demonstrou, ao lado de

¹ Conforme Morgan (2005, v. 45, p. 69), “diferentes paradigmas contêm visões de mundo que favorecem determinadas metáforas que constituem a natureza das organizações de formas fundamentalmente diferentes, e exigem que se repense completamente a respeito do que a teoria organizacional deve tratar.”

Bohn, “que não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar, a tal ponto que o objeto que sai de um processo de medição não é o mesmo que lá entrou” (SANTOS, 1996, p. 25).

Tal visão é bastante semelhante à da Teoria Geral dos Sistemas, que teve suas bases lançadas em 1947 por Ludwig Von Bertalanffy, mas cujas características começaram a ser identificadas por ele em meados da década de 1920. A Teoria Geral dos Sistemas e a Cibernética, de Norbert Wiener, são duas teorias que tiveram desenvolvimentos paralelos no decorrer do século XX e à medida que se desenvolveram, entrelaçaram-se. Nas duas estão as origens dos conceitos do pensamento sistêmico.

Em artigo de 1955, Bertalanffy (1977, p.53) sintetiza a razão de ser da Teoria Geral dos Sistemas:

É necessário estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo.

A evolução do mundo para uma forma mais complexa fez com que a realidade não pudesse mais ser entendida em função apenas do conceito mecanicista. Vivemos hoje num mundo globalmente interligado no qual todos os fenômenos – econômicos, políticos, biológicos, psicológicos ou sociais – são interdependentes.

PERSPECTIVAS DO PODER NA TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES

O teórico alemão Max Weber iniciou sua produção científica no final do século XIX e revolucionou as ciências sociais. Dentre as várias contribuições importantes, ressalta-se a teoria da dominação, partindo do pressuposto de que o poder é inerente à organização social.

São três os tipos de dominação descritos por Weber: a) racional-legal, legitimada por uma estrutura formal composta por normas, diretrizes e hierarquia clara e definida; b) carismática, exercida tanto por motivações religiosas, heróicas ou de liderança e entusiasmo inspirando os dominados e legitimando sua autoridade; e c) tradicional, em que a autoridade é legitimada pela propriedade de bens, por laços sanguíneos ou patriarcais.

Para ele, estes três tipos de dominação constituem formas possíveis de legitimação do poder dentro de uma organização social. Ao discutir a legitimidade fica claro que as organizações dividem-se em duas classes claramente distinguíveis: “por um lado o dominador ou a autoridade, por outro a massa de dominados” (SAINT-PIERRE, 1991, p. 133).

Weber inicia sua análise da legitimação da dominação pelo tipo racional-legal, cronologicamente posterior aos demais. Será que essa escolha é feita sem uma intenção clara? Seguindo a posição de Saint-Pierre (1991, p. 138), a inversão foi uma opção intencional de Weber, para que o poder racional-legal com administração burocrática fosse “instrumentalizado enquanto ‘tipo’ dos tipos de dominação”. O autor afirma ainda que “o dominado meramente se comporta segundo as máximas normativas que emanam da autoridade. O único que poderia ser chamado de ‘ator’, de acordo com a definição weberiana de ação, é o dominador” (SAINT-PIERRE, 1991, p. 135), por isso a preocupação em construir um “tipo ideal de organização burocrática” que conduz Weber a uma visão trágica da História:

[...] pois, se por um lado esse tipo fornece uma maior precisão nas previsões, mais amplo espectro de aplicabilidade dos cálculos e uma crescente eficiência administrativa – todos eles elementos necessários para dominar a acentuada complexidade das organizações sociais – por outro, sua natureza carrega uma inexorável perda da liberdade, tanto dos dominados quanto mais dos próprios executores do quadro administrativo, “os funcionários”. (SAINT-PIERRE, 1991, p. 143)

Outro aspecto a ser analisado é que Weber não admitiria o uso da categoria “legítimo” para um regime que não fosse estável, isto é, uma dominação que não estivesse suficientemente legitimada, seja qual fosse a justificativa dessa legitimidade. Talvez, a estabilidade pretendida por Weber seja o ponto de distanciamento de sua teoria aos dias atuais, já que o cotidiano das organizações sociais é cada vez mais instável, trazendo sérias conseqüências à legitimidade dos que exercem a autoridade na organização.

A produção científica na época de Weber era direcionada pelo paradigma cartesiano-newtoniano e a intenção de desenvolver modelos baseados nas experiências biológicas e físicas dentro das ciências sociais foi determinante naquele momento histórico.

Evidentemente, a história do homem tem sido a do controle da natureza, porém, a teoria das organizações procura dar ao homem, sob sua aparência de “neutralidade” e de “caráter científico”, condições para ir bem mais longe e passar do controle do mundo natural ao controle do mundo social.

Talvez daí a tendência a adotar a metáfora física e biológica, pois uma vez que o homem já foi razoavelmente bem sucedido no controle do mundo natural, por que não adaptar os mesmos mecanismos para o controle do mundo social? Naturalmente, porém, o controle é a tentativa bem sucedida de direcionar o comportamento das pessoas, mas a capacidade potencial de mudar o comportamento das pessoas é o próprio poder. Isto quer dizer que, em última análise, só exercem controle efetivo os grupos sociais que detêm o poder (MOTTA; PEREIRA, 1986, p. 219).

Apesar da ênfase à perspectiva racional-legal Weber, ao analisar o campo político, abordou a questão da liderança carismática sobre a estrutura burocrática e as escolhas de valores feitas pelo dominador na administração da organização. Ao caracterizar o tipo ideal de organização burocrática fica claro que os funcionários foram selecionados através de critérios determinados pelo saber profissional especializado, e caberá a estes tomar decisões por meio da técnica, pura e simplesmente, sem qualquer juízo de valor.

Esse pressuposto pode acabar por contradizer a legitimidade de um líder carismático, já que esta não é determinada por regras racionais. Dentro da lógica weberiana, independente da dominação carismática, estando as regras racionalmente definidas, os funcionários tem que seguir o preceito da “ética da responsabilidade”, pois estes não podem interferir nos fins últimos, mas deve contribuir para o êxito dos fins dados utilizando o conhecimento profissional técnico.

De qualquer forma, ao determinar os fins, os líderes estarão causando efeitos normativos na organização, portanto, é fundamental se guiar por princípios éticos já que a escolha dos valores não é racional, nem exige conhecimento científico, mas pode ajustar-se o valor à normativa, o que Weber denominou de “ética da convicção”.

Apesar de muitas vezes a “ética da responsabilidade” estar relacionada aos níveis hierárquicos mais inferiores e a “ética da convicção” ao vértice da organização, estas não se excluem, pois ambas são elementos constitutivos da organização e o próprio Weber as considerou complementares (SAINT-PIERRE, 1991, p. 148/149).

A visão sistêmica do poder nas organizações apropria-se da estrutura burocrática e da forma de dominação racional-legal propostas por Weber, reconhecendo sua pertinência nos níveis organizacionais menos sujeitos à contingência.

A perspectiva weberiana das organizações considera-as enquanto sistemas fechados, não sujeitos às incertezas representadas pelo ambiente e “em que a única incógnita importante na equação era o operador humano” (THOMPSON, 1976, p. 48), de onde deriva a preocupação com a criação de instrumentos de controle eficazes. A abordagem das organizações como sistemas fechados caracteriza várias correntes da teoria das organizações e o que as distingue é apenas a ferramenta considerada mais adequada à dominação do elemento humano instável. Para a burocracia weberiana, o controle é obtido a partir da previsão da contingência e seu tratamento ocorre por meio de regras formalmente descritas e aplicadas impessoalmente a todos os níveis da organização.

A Teoria Geral dos Sistemas compreende as organizações como sistemas abertos formados por subsistemas, orientadas a finalidade própria e, por vezes, distinta daquela de seus integrantes, caracterizadas por um comportamento não determinístico. A sobrevivência é o objetivo dos sistemas abertos e a homeostase, ou auto-regulação, permite o ajustamento contínuo que constitui o equilíbrio dinâmico frente às perturbações originárias do ambiente. Essa perspectiva talvez seja a mais importante contribuição da visão sistêmica às teorias da administração por agregar à discussão o ambiente “incerto, flutuante e imprevisível” (THOMPSON, 1976, p. 49).

Conforme Parsons (*apud* THOMPSON, 1976) as organizações têm três espécies de problemas a resolver, cuja responsabilidade é atribuída a diferentes níveis hierárquicos.

O primeiro problema é o técnico, imputado aos níveis inferiores da organização. Nesse nível o impacto das incertezas ambientais deve ser reduzido, isolando o componente técnico das flutuações do meio externo. Thompson (1976, p.51/58) considera que este nível pode utilizar “o sistema lógico fechado

e aplicar o modelo racional, com todas as vantagens que ele proporciona”, numa “coordenação reforçada pela autoridade”, o que corresponde ao entendimento de Saint-Pierre quanto à ética da responsabilidade.

Outro problema identificado por Parsons é o institucional, ou seja, aquele de definir o âmbito de atuação da organização em um ambiente mais vasto e incerto, tarefa atribuída ao conselho diretor e/ou altos funcionários. Nesse contexto, a contingência é a regra.

Quanto mais dinâmico o meio tanto mais necessária a flexibilidade na organização, o que é tanto mais observável na componente institucional da organização - a componente que se presume manter um escopo viável para a organização num contexto complexo e cambiante. (THOMPSON, 1976, p. 55)

Aqui predomina a visão sistêmica, mais adequada à administração da incerteza. Como afirma Thompson (1976, p. 58), “os elementos do ambiente ativo, por definição, estão fora do sistema de autoridade da organização, portanto, a coordenação reforçada pela autoridade deverá dar lugar à cooperação conquistada através de negociação”. Saint-Pierre considera que neste nível as decisões são tomadas a partir da ética da convicção, em que o arbítrio do administrador desempenha papel importante.

Thompson sintetiza a articulação entre as duas perspectivas afirmando que

Os sistemas de administração pelo modelo racional - estabelecimento de regras e manipulação de retribuições e punições para conquistar a obediência dos membros às regras, deverão aparecer onde a organização estiver empenhada em atividades rotinizadas e repetitivas. Esse sistema de busca-e-decisão deverá ser encontrado onde quer que a organização enfrente irregularidades que exijam julgamentos, e os processos sociais de negociação, eleição e coalizão deverão aparecer sempre que a organização depender de elementos do ambiente ativo. (1976, p. 61)

Entre esses níveis, Parsons descreve uma atuação destacada do nível gerencial, que transita entre a abordagem sistêmica da alta administração e aplica a lógica racional a seus subordinados, servindo ainda de amortecedor para que as flutuações do ambiente não atinjam o nível técnico-operacional, como observa Thompson

Aparece agora de modo mais claro que a componente gerencial da organização se torna o laço entre a componente institucional, com suas necessidades e desejos de adaptabilidade e flexibilidade de um lado e, de outro, a exigência do núcleo técnico de previsibilidade, regularidade e rotinização. Devemos esperar encontrar tensão em ambos os pontos de enlace [...]. (1976, p. 55)

Talvez por seu aspecto dinâmico e adaptável é que Motta e Pereira (1986, p. 219) consideram que “a abordagem sistêmica, portanto, representaria o refinamento máximo da teoria das organizações em seu aspecto coercivo, na manutenção da divisão de trabalho mais adequada aos interesses da oligarquia político-econômica”, ao substituir a figura dos dominadores imediatos por expressões aparentemente científicas, mas, vagas o bastante para contemplarem diversas formas de dominação, como “sistema administrativo”, “sistema financeiro internacional”, entre outros.

De fato, se observarmos a questão do poder sob a perspectiva dos níveis inferiores da organização, quer tratemos da abordagem weberiana ou sistêmica, teremos quadros bastante semelhantes e que remetem àquele retratado por Charles Chaplin em “Tempos Modernos”, ou seja, a do homem reduzido ao autômato, submetido a uma autoridade que, em busca dos melhores níveis de eficiência, o reifica.

Bertalanffy, um dos principais proponentes da Teoria Geral dos Sistemas, já alertava sobre os perigos da nova perspectiva

O novo mundo cibernético, de acordo com o psiquiatra Ruesch (1967) não se refere a pessoas mas a “sistemas”. O homem torna-se substituível e consumível. [...] Em termos mais ásperos, o homem no Grande Sistema tem de ser - e em larga extensão já é - um débil mental, um idiota amestrado ou dirigido por botões, isto é, altamente treinado em alguma estreita especialização ou então tem de ser simples parte da máquina. (1977, p. 26)

Além disso, Motta e Pereira (1986, p. 219-220) ressaltam que “a concepção do mundo como um sistema fechado que está esgotando os seus recursos energéticos e que não é capaz de codificar insumos energéticos de natureza diversa daqueles que vêm processando” conduz à necessidade de que é preciso parar de crescer, e que os “países em desenvolvimento renunciem aos benefícios que as sociedades desenvolvidas há muito vêm desfrutando”.

Considerar essa possibilidade é o mesmo que condenar milhares de pessoas à condições desumanas e, na qualidade de país em desenvolvimento, o Brasil precisa discutir caminhos para que todas as mudanças representem transformações e avanços sociais, não o contrário.

Em seus estudos, Michel Foucault, um dos principais pensadores contemporâneos, passou a “investigar e a tematizar as relações entre verdade, teoria, valores e instituições, bem como as práticas sociais nas quais tais relações emergiam. A nova abordagem fez com que ele prestasse atenção e passasse a tematizar as questões relacionadas ao poder” (RABINOW; DREYFUS *apud* MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 119).

Segundo Foucault, as monarquias pré-capitalistas coíbiam a prática de crimes através da “punição dos que atentavam contra a ordem social”. A punição “ocorria por meio de rituais sanguinários de tortura, humilhação e massacre público. Tais rituais representavam a mecânica de poder de punir das monarquias para as quais a desobediência era um ato de hostilidade” (MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 120).

No final do século XVIII e início do século XIX, o ritual das punições começou a extinguir-se, principalmente por dois motivos: a nova ordem capitalista levava à necessidade de inibir os crimes e não somente puni-los, já que o capitalismo precisa da população com vigor e atrelada ao aparato de produção, além do crescimento da consciência de que os espetáculos de suplícios eram desumanos e imorais. “Assim, o regime de suplícios foi sendo paulatinamente substituído por um regime de biopoder, que apresenta dois mecanismos fundamentais: as disciplinas e a biopolítica. [...] as disciplinas atuam sobre o corpo individual, e a biopolítica sobre o corpo coletivo, a população” (MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 120).

A análise do poder foucaultiano é perpassada pela relação entre poder/saber: formam-se saberes no local em que o poder é exercido. Talvez a grande contribuição de Foucault seja perceber a possibilidade de transformação da forma de submissão da massa dominada ao dominador, justamente por essa relação formar saberes. “Quando tratava das disciplinas, tinha como pressuposto a idéia de que a resistência é o outro termo das relações de poder, ou seja, onde havia poder, havia resistência” (FOUCAULT, 1987 *apud* MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 120).

A análise de condutas feitas por Michel Foucault discute “a possibilidade de as pessoas exercerem uma atitude crítica que significa a recusa de ser governado” (FONSECA *apud* MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 120).

Por fim, vale destacar que Foucault (1999b) argumenta que a possibilidade de haver uma articulação entre as disciplinas e a biopolítica ocorre na norma, pois ela pode ser aplicada tanto a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regular. A sociedade da normalização adverte, não é somente uma sociedade em que imperam as instituições e o modelo disciplinar. Ela é uma sociedade em que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação (MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 121).

O artigo de Motta e Alcadipani (2004), ao analisar o pensamento contemporâneo de Michel Foucault e a teoria das organizações, resalta a necessidade de aprofundamento científico na produção acadêmica desse francês, pois possibilitaria “investigar a articulação entre a norma disciplinar e a norma biopolítica, ou seja, como diferentes mecanismos de poder, exercidos de forma diferente, se articulam em contextos organizacionais específicos” (MOTTA; ALCADIPANI, 2004, p. 126).

CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO E MUDANÇA SOCIAL

Mesmo diante da nova concepção de mundo, a organização burocrática conceituada por Weber ainda norteia a Administração. As organizações da atualidade seguem conceitos weberianos ao selecionarem seus líderes e administradores. Qualquer organização depende do cumprimento de regras formais, seja para liberação de crédito ou até para aceitação de produtos, o que reforça a importância deste

grande pensador. Ao mesmo tempo, as organizações atuam como sistemas abertos, em constante interface com o meio através de mecanismos de negociação.

A transformação pela qual as organizações sociais passaram ao longo da História desde o século XIX, fomentada principalmente pelo desenvolvimento científico, está diretamente ligada à questão do poder e da legitimidade, e

[...] se as artes de governar procuram assujeitar os indivíduos por meio de mecanismos de poder que buscam para si uma verdade no interior da realidade de uma prática social, a **atitude crítica** é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre os efeitos do poder do governo e interrogar o poder sobre seus discursos de verdade (FONSECA, *apud* MOTTA; ALCADIPANI, p.126 -grifo nosso)

O conhecimento passa atualmente por uma reconstrução crítica e o pensamento sistêmico está no bojo das discussões sobre o novo paradigma da ciência, propondo a visão de um mundo complexo, intersubjetivo e instável. Complexo porque não pode mais ser visto em pedaços, departamentalizado, segmentado. “Tudo o que cortamos em pedaços, sejam as células ou as patas de uma rã, perde o sentido” (MORIN, 2004, p.57). Instável porque vivemos em um mundo cheio de incertezas. “A incerteza faz parte do destino humano, mas ninguém está preparado para enfrentá-la”. (MORIN, 2004, p.57) . E, finalmente, intersubjetivo porque um objeto só passa a existir, em relação a um observador, a partir do momento em que este o distingue.

Sem um observador, nenhuma distinção acontece e nenhuma realidade se constitui para ele. Conclui-se, então, que nenhum observador pode fazer referência a algo real, que exista independentemente dele, para validar sua experiência. (VASCONCELLOS, 2005, p.140)

Diante de tais premissas, o conhecimento será sempre relativo e não pode existir distinção entre o saber de um cientista, o de um intelectual e o de um cidadão – a hierarquização de saberes deixa de existir. Tal concepção de mundo não admite a mútua desqualificação que existe entre as partes, como se um conhecimento fosse mais importante do que o outro.

Se, diante da intersubjetividade, insegurança e complexidade o conhecimento é relativizado, não hierarquizado, mutuamente qualificado e não dispõe mais de mecanismos de controle das variáveis do mundo simplesmente porque estas não são controláveis, o que legitimará o poder nas organizações?

Em um sistema integrado e interdependente, que valoriza os diversos saberes, o poder provavelmente ficará com os indivíduos mais carismáticos e que tenham um conhecimento capaz de articular possibilidades. “A articulação permite pôr em relação o que não está necessariamente ligado e, em particular, ligar o que a diferenciação de esferas características do pensamento moderno insistiu em separar” (NUNES, 2001, p.331)

A concepção de organizações como sistemas abertos introduzida pela Teoria Geral dos Sistemas leva à visão das organizações como integradoras e influenciadoras no mundo, não apenas nas áreas em que operam. Elas assumem, assim, consequências de suas atitudes, seja no campo econômico, político, mercadológico ou social. Este é um dos fatores que pode estar conduzindo ao movimento de responsabilidade social, certificações e regulamentações globais. Morin (2004, p. 89) defende o surgimento na contemporaneidade de uma forma de pensamento fundamentado na solidariedade, capaz de enfrentar a globalização baseada no cálculo e no lucro. A humanidade reage com ações que constroem sociedades melhores.

As organizações transformadas pelo pensamento sistêmico, lideradas por indivíduos articuladores e carismáticos, compreendendo a organização como parte de um sistema aberto hipercomplexo, estarão mais aptas à promoção de mudanças sociais, das quais elas próprias começam a fazer parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- MORGAN, Gareth. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 58-69, jan/mar 2005.
- MORIN, Edgar; PENA-VEGA, Alfredo; PAILLARD, Bernard. **Diálogo sobre o conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MOTTA, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luis Carlos Bresser. **Introdução à Organização Burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. (in *memorian*); ALCADIPANI, Rafael. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 117-126, abr/mai/jun 2004.
- NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001. p. 301-337.
- RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental: a aventura dois pré-socráticos a Wittgenstein**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- SAINT-PIERRE. Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. Campinas: UNICAMP, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1996.
- THOMPSON, James D. Modelos de organização e sistemas administrativos. In: BERTALANFFY, Ludwig von et al. **Teoria dos Sistemas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976. p. 47-62.
- VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 4.ed. Campinas: Papirus, 2005.